RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Prof. Anderson Oramísio Santos

Prof. Esp.Olga Helena Costa

RESUMO: O presente artigo objetiva oportunizar espaços de estudo e sensibilizar os profissionais da educação, essencialmente aqueles que trabalham na Educação Infantil e na construção de uma educação inclusiva, tendo-se como parâmetros a desconstrução das visões preconceituosas e estereotipas da cultura negra.

PALAVRAS - CHAVE: educação infantil, racismo e relações étnicos- raciais, Lei 10.639/2003, cultura negra.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, repensar o papel da escola na formação de identidades a partir da Educação Infantil nas relações étnico-raciais. A legislação brasileira, nas últimas décadas, tem contemplado a Educação Infantil. Isso ocorreu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Art. 208, Inciso IV), na aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI - BRASIL, 1998).IV. Nestes documentos, a Educação Infantil vem sendo respeitada, sendo considerada como um dos instrumentos necessários para dar início à educação e à socialização das crianças.

Por outro lado, dentro dos aspectos deste artigo, a aprovação e a implementação da Lei 10.639 de 09/01/2003, que dimensiona o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, tornando-o obrigatório na educação básica; e do Parecer CNE/CP003 (BRASIL, 2004), tem-sei iniciada amplas discussões sobre a identidade da cultura afro-brasileira, como do combate a discriminação racial no espaço escolar em seus diferentes níveis de ensino.

Não restam dúvidas de que mesmo existindo, ainda, sérias barreiras à cultura afro-brasileira nas escolas, os avanços alcançados até hoje são importantíssimos, pois como afirma Lima (2005) é na Educação Infantil que são formados os primeiros embriões dos valores humanos, costumes e princípios éticos, então ali, com certeza as manifestações racistas e discriminatórias poderão ser amplamente combatidas.

É preciso trabalhar a discussão da diversidade já na infância. Se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá com os preconceitos possivelmente presentes em seu meio e tenderá a repetir os padrões de

discriminação que aprender. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Em um país como o Brasil, que ainda conserva uma herança escravocrata enorme, as desigualdades enraizadas pelas políticas econômicas e públicas, principalmente na área social, revestem-se de uma importância que não podem ser desconsideradas.

A partir destes fatos, o esforço de consolidação das iniciativas que visem a elevação da qualidade de vida das populações, essencialmente dos segmentos marginalizados, seja por motivos culturais, econômicos ou étnicos, infelizmente ao longo dos tempos não têm produzido os resultados esperados. Isso também vem ocorrendo na educação, as condições sócio-econômicas, culturais e étnicos continuam colocando barreiras para que a qualidade de vida garantida pelas leis brasileiras atinjam de fato a todos os brasileiros.

Dentro destes princípios, algumas reflexões parecem necessárias quando se tenta compreender a trajetória das políticas públicas no Brasil, na promoção da eqüidade social e a superação dos desequilíbrios, à garantia de direitos fundamentais da cidadania.

O Brasil, a partir da sua história de colonização, nunca obteve uma identidade autêntica, uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos (ORTIZ, 2003). Nesse sentido, é com certeza um desafio desenvolver na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro (MOURA, 2005).

Mas mesmo existindo estas dificuldades, pode-se percebem nas escolas algumas mudanças básicas, nos currículos e nos relacionamentos escolares e em sala de aula. Percebe-se que desde a educação infantil aos cursos superiores, a educação, enquanto espaço de socialização e de instrução e de aquisição de conhecimentos, vem sendo cada vez mais democratizada e universalizada (PEREIRA, 2005).

No entanto, mesmo existindo estas mudanças, principalmente da postura da escola em relação as etnias raciais, apesar de importância e diversidade dos trabalhos sobre relações étnicas raciais e educação, ainda faltam muitos aspectos a serem desvendados. Diante da complexidade da realidade brasileira e da forma pela qual o racismo se expressa na escola. A inclusão clara, transparente e global ainda continua distante da realidade.

Sendo assim, como a educação das relações étnico- raciais tem por objetivo divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que enfatizem a pluralidade étnico-racial, capacitando as crianças para interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades, fica claro que todos os esforços devem ser feitos para viabilizar uma educação que de fato seja um marco no tratamento das questões da infância e das diversas variáveis étnico-raciais.

Estas diretrizes são percebidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nestes documentos do Ministério da Educação e Desporto/Secretaria da Educação Fundamental (BRASIL, 1998). Neles, a escola deverá contribuir para que princípios constitucionais de igualdade sejam viabilizados, principalmente no que se refere às questões da diversidade cultural.

Nesse sentido, Ribeiro (2002, p. 150) afirma:

"Crianças brasileiras de todas as origens étnico-racias têm direito ao conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro-africanas. Jovens e adultos têm o mesmo direito. Nas universidades brasileiras, procure, nos departamentos as disciplinas que informam sobre a África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo, e de nós mesmos?".

Aliadas, então a elaboração de políticas públicas eficazes, faz-se necessário que as escolas, os seus profissionais promovam um amplo movimento, tendo como horizonte a discussão e redimensionamento dos currículos, dos materiais pedagógicos com relação as etnias, a comunidade negra incluindo, ainda nas manifestações escolares, nas discussões a comunidade negra e as diversidades culturais e, principalmente, as questões referentes aos mesmos deveres e direitos garantidos pelo Constituição Federal de 1988. Professores e demais profissionais educacionais que circundam a pré-escola, com o intuito de educar na diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo.

Por isso, as salas de pré-escola e classes iniciais devem ser de fato um ambiente prazeroso, onde são oferecidos e trabalhados todos os tipos de materiais para que, através da observação, comparação, classificação e reflexão, as crianças possam descobrir a importância da cultura, das manifestações artísticas, das crenças, rituais afro-brasileiras, procurando se apropriar delas, e assim, construir conhecimentos históricos importantes para a própria luta social.

Tendo em vista, população brasileira e sua evidente pluralidade, não se pode mais permitir que tantas crianças e jovens neguem sua identidade porque não conhecem sua história. A escola brasileira precisa conhecer e vivenciar a diversidade de seus alunos, e principalmente permitir que a escola seja um instrumento de alfabetização, mas também um instrumento de crescimento cultural, de descoberta de experiências étnicas- raciais.

É primordial portanto, que na primeira etapa da educação básica,definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB n. 9.394/96), que os educadores proporcionem as crianças atividades que desenvolvam suas potencialidades no aspecto cognitivo, afetivo, psicomotor e social. Vale destacar nesse processo a necessidade emergente e urgente de diretrizes para uma sólida formação do profissional da educação tendo como enfoque, as relações étnico-raciais.

Como já foi exposto, é fato que o preconceito racial e a discriminação se proliferam nas escolas, através de mecanismos ou funcionamento do ritual

pedagógico entendido como a materialização da prática pedagógica, exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira. Sobre tal aspecto, Cavalheiro (2000) afirma:

"É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interagem com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades" (CAVALLEIRO, 2000, p. 35).

Não se pode negar, as conseqüências destas atitudes racistas e irracionais nas vidas de milhões de crianças e jovens brasileiros. Entende-se que a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a LDB 9.394/96, "para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira" e para influenciar a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana (CNE, 2004), foi sem dúvida alguma um grande avanço, no entanto, quase nada foi realizado para materializar estas propostas, as condições materiais das escolas, a formação dos professores ainda continuam insuficientes para oferecer educação de qualidade para todos, assim como o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL, 1998).

Os problemas e deficiências podem ser vistos, ainda nas questões curriculares. Neste sentido, o que mais ocorrem são as questões defendidas por Moura (2005), segundo o qual, as escolas adotam um currículo que encobre e/ou mascara os principais objetivos do ensino e aprendizagem. Segundo essa autora, o currículo adotado é invisível, ele promove a transmissão de valores, de princípios de conduta e das normas de convívio, dos padrões sócio-culturais inerentes à vida comunitária, no entanto o faz de maneira informal e não explícita, permitindo sempre uma afirmação positiva da identidade de um determinado grupo social em detrimento de outros.

É certo que é importante incorporar nos currículos da pré-escola, práticas, metodologias que possibilitem a construção de um sentimento de identificação, que regaste a história dos negros, sua herança africana e sua importância na formação do Brasil. É imprescindível que o padrão sócio-cultural dos alunos tenha relação visível com o currículo escolar.

Através da matriz africana, jovens e crianças reproduzam e recriem, em sua experiência cotidiana, na vida familiar e nas celebrações grupais, os valores que são passados de geração em geração. A educação brasileira diante disso tudo, precisa no contexto das salas de aula partir da idéia do aluno enquanto um ser social dotado de cultura que o define. E para tanto é preciso reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em conta os valores culturais dos alunos e respeitando a história de seu grupo étnico/social.

No caso, das populações afro-brasileiras, esta é uma tarefa urgente. Um currículo democrático que reconheça a importância de se incorporar valores da tradição afro-brasileira, implica na educação infantil, na criação de espaços para a participação, para cantar, dançar, partilhar. É possível por meio de narrativas, teatros, brincadeiras resgatar por exemplo os mitos sobre orixás, falando dos heróis da comunidades, das festas como o frevo e a congada.

Em relação, à literatura infanto-juvenil, podemos dizer que as imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam percepções. Sendo assim, é importante perceber, como os negros são representados nas histórias infantis. De acordo com Lima (2005), geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparecem vinculados á escravidão. Para esta autora, o problema não está em contar histórias de escravos, mas na abordagem do tema, que na maioria das vezes, faz com que crianças negras se sentirem constrangidas.

É preciso ter orgulho de ser negro. Segundo Ortiz (2003), só através de uma releitura dos elementos que compõem as culturas negras no Brasil é que poderemos tentar um meio, um aprofundamento pedagógico, que nos encaminhe para uma pedagogia genuinamente brasileira, capaz de resgatar para todos os brasileiros uma cultura nossa, considerada até agora marginal, mas que responde pela identidade cultural do país, estando presente em todos os setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade escolar brasileira e de sua dinâmica, é inevitável perceber as nuances de racismo vigente na sociedade brasileira nas formas como os docentes lidam com os conceitos discriminatórios, sendo possível assim afirmar que as políticas públicas ainda são institucionalmente incipientes.

O que destacamos é a necessidade de se formar educadores (as) preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, mas acima de tudo, preparados para criticar o currículo e suas práticas.

Os profissionais que trabalham com a pré-escola devem se conscientizar que o seu trabalho não é só preparar estas crianças para as séries iniciais do ensino fundamental, mas para o resto da vida, pois é no período de zero a seis anos que são lançadas as bases para todas as aprendizagens futuras.

Não se trata de educar todos como iguais, mas sim educar na diferença, ressaltando as especificidades. Não se trata apenas de respeitar a consciência negra, mas de resgatar as demais etnias de uma educação envenenada pelos preconceitos. Pois as memórias que vieram da África, e que hoje se encontram intimamente entrelaçadas em várias dimensões do simbolismo brasileiro, pertencem a todos, sejam brancos ou negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALHEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo, Summus, 2000.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil. In. Superando o Racismo na escola. 2º edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In. Superando o Racismo na escola. 2º edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola - espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse (Org.) História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: MEC/SEC, 2005.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. Negro, educação e multiculturalismo: Editor Panorama, 2002.

*** Anderson Oramísio Santos** é graduado em Estudos Sociais e Geografia Pelo Centro Universitário do Triângulo, pós-graduado em Psicopedagogia, professor da rede pública estadual e municipal de Uberlândia, docente do I Curso de Aperfeiçoamento das Relações Étnico-Raciais NEAB/UFU

**** Olga Helena da Costa** é graduada em Letras Português e Francês e suas respectivas literaturas pela UFU, Especialista em Gramática e Literatura Brasileira, professora da rede pública e particular de Uberlândia